



**ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ
PROCURADORIA JURÍDICA**

PARECER

Número do Parecer: 048/PJC/2020.

Interessado: Mesa Diretora CMSFG/RO.

Cuida-se de veto apostado ao Projeto de Lei tombado com o n. 79/2020, de autoria do vereador Milton de Jesus, onde o Poder Executivo vetou por conter vício de ilegalidade.

Segundo o Poder Executivo, há vício de conflito entre a norma federal com o presente projeto, eis que este último restringe o que a lei federal disciplina sobre a matéria.

Em análise ao projeto de lei, bem como à lei federal, verifica-se que, de fato, há conflito entre as referidas normas, de modo que a matéria deve ser vetada por conter vício de constitucionalidade.

Por tais razões, entendemos que o veto deve ser mantido por ser o projeto de lei – inconstitucional.

É o nosso entendimento, Salvo Melhor Juízo, que ora submetemos à consideração da autoridade superior para a deliberação final sobre o tema.

1

Rua Rondônia n. 2.811, Bairro Alto Alegre, São Francisco do Guaporé – RO
Fone: (69) 3621-2323 – CEP: 76.935-000



ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ
PROCURADORIA JURÍDICA

Procuradoria Jurídica da CMSFG/RO, aos 07 de dezembro
de 2020.

Fabricia Uchaki da Silva
Procuradora Jurídica CMSFG/RO
OAB/RO 3.062